



**GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE
TERCEIRA SEÇÃO DO ESTADO MAIOR GERAL**

**EDITAL nº 05/2018 - NÍVEL SUPERIOR
OFICIAL PM - (COMBATENTE)**

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO
--------------------------	--------------------------------	------------------------

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

**VERSÃO
A**

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 07 (sete) páginas numeradas sequencialmente, contendo 40 (quarenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Direito Constitucional (06 questões), Direito Penal Militar (06 questões), Direito Penal (06 questões), Direito Processual Penal Militar (06 questões), Direito Processual Penal (06 questões) e Direito Administrativo (05 questões), Legislação Extravagante e Legislação Institucional (05 questões) e (01) um tema para redação.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço da questão correspondente.
- VIII. O sistema de leitura e processamento das folhas de resposta não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 02 (duas) horas após seu início.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



DESTAQUE AQUI

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40										
<input type="checkbox"/>																								

7) Assinale a alternativa correta sobre a noção de culpa no Direito Penal Militar.

- a) Consiste na prática voluntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- b) Consiste na prática involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- c) Consiste na prática voluntária ou involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- d) Consiste na prática voluntária de um ato desde que, necessariamente, se pretenda o resultado considerado crime

8) Assinale a alternativa incorreta sobre a noção de crimes, também conhecidos como infrações penais plurissubjetivas no Direito Penal Militar.

- a) São os crimes de autoria coletiva e neles, reputam-se cabeças quem os dirigem
- b) São os crimes de autoria coletiva e neles, reputam-se cabeças quem os sofrem
- c) São os crimes de autoria coletiva e neles, reputam-se cabeças quem os instigam
- d) São os crimes de autoria individual e neles, reputam-se cabeças quem os provocam

9) Assinale a alternativa que não corresponde às penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- a) Morte
- b) Reclusão
- c) Detenção
- d) Anistia

10) Assinale a alternativa correta quanto à aplicação das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- a) As penas de perda do posto e da patente e a incompatibilidade com o oficialato são as únicas privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória
- b) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória
- c) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são de competência originária de todos os órgãos da Justiça Militar
- d) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, continuam a ter aplicação como pena acessória

11) Assinale a alternativa correta sobre o cálculo das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- a) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as causas majorantes e minorantes
- b) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as circunstâncias agravantes e atenuantes
- c) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem causas majorantes e minorantes na lei Penal Militar
- d) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem circunstâncias agravantes e atenuantes na lei Penal Militar

12) Assinale a alternativa incorreta sobre as medidas de segurança no Direito Penal Militar.

- a) As medidas de segurança constituem sanção penal, cuja natureza é eminentemente preventiva
- b) Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o fato praticado pelo agente seja descrito como crime militar
- c) Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o agente seja considerado perigoso
- d) Procura evitar que aquele que delinuiu e seja perigoso pratique novas infrações penais, equiparando-se, portanto, a pena que possui natureza essencialmente retributiva-preventiva

DIREITO PENAL

13) Assinale a alternativa correta sobre o tema da lei penal no tempo e, mais especificamente, o que se entende por *lex tertia*.

- a) Trata-se da revogação de uma incriminação penal por uma lei posterior que não mais considere o fato como criminoso
- b) Trata-se da aplicabilidade da lei posterior que de qualquer modo favorece o agente e aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- c) Trata-se da aplicabilidade da lei posterior que de qualquer modo favorece o agente e aplica-se aos fatos anteriores, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado
- d) Trata-se da combinação de leis que se mostra necessária por força da equidade, para regular algumas situações transitórias, que se verificam em face da sucessão de leis penais

14) Assinale a alternativa correta sobre a teoria da ubiquidade utilizada no Direito Penal e que trata do lugar do crime.

- a) Considera-se praticado o delito no local no qual se produziu ou deveria ter sido produzida a ação, ainda que tenha sido outro o lugar do resultado
- b) O lugar do crime é aquele onde o resultado se verificou, pouco importando o lugar no qual a ação ou omissão se deu
- c) O lugar do crime é aquele no qual se realizou a ação ou a omissão, tanto quanto o lugar onde se realizou ou deveria ter sido realizado o resultado
- d) O lugar do crime é aquele onde o agente é capturado em razão da prática do fato tipificado como infração penal

15) Assinale a alternativa correta sobre a teoria adotada no Código Penal brasileiro sobre o concurso de pessoas.

- a) Trata-se da teoria monista, segundo a qual, no concurso, existe um só crime, em que todos os participantes respondem por ele
- b) Trata-se da teoria dualista, segundo a qual, no concurso, havendo diversidade de condutas, cada agente responde por um delito
- c) Trata-se da teoria pluralista, segundo a qual, havendo pluralidade de condutas, devem-se distinguir coautores de partícipes, punindo cada qual com um crime
- d) Trata-se da teoria igualitária, segundo a qual, havendo pluralidade de condutas, devem-se distinguir coautores de partícipes, punindo cada qual com um crime

16) Assinale a alternativa correta sobre a consequência da morte do agente da conduta antissocial que a lei considera crime.

- a) Atipicidade
- b) Detração da pena
- c) Extinção da punibilidade
- d) Sursis

17) Assinale a alternativa correta sobre como a legislação brasileira sobre o Direito Penal define o erro sobre os elementos do tipo.

- a) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui a culpa e o dolo, mas permite a punição do agente
- b) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo
- c) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui apenas a culpa
- d) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui o dolo, e impede a punição por crime culposo

18) Assinale a alternativa correta sobre o latrocínio.

- a) Trata-se de crime contra a pessoa
- b) Trata-se de contravenção penal
- c) Trata-se de crime contra a incolumidade pública
- d) Trata-se de crime contra o patrimônio

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

19) Assinale a alternativa correta sobre a Polícia Judiciária Militar.

- a) Trata-se de polícia preventiva
- b) Atua após a eclosão do ilícito penal
- c) Trata-se de uma polícia desenvolvida por órgão do Poder Judiciário
- d) Os procedimentos por ela produzidos são procedimentos judiciais

20) Assinale a alternativa **incorreta** sobre a Qualificação e Interrogatório de acordo com as normas do Processo Penal Militar.

- a) Qualificação consiste na identificação precisa, no termo respectivo, do suposto autor da infração, sendo consignado o maior número de dados possíveis, como nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, números de documentos, estado civil, endereço e profissão
- b) O interrogatório consiste na exploração por aquele que conduz o processo (ou procedimento) do fato criminoso, pela promoção de perguntas que busquem esclarecer o que de verdade ocorreu, direcionadas ao suposto autor da infração penal militar
- c) Qualificação e interrogatório são indissociáveis
- d) Qualificação e interrogatório sempre devem ser realizados antes do recebimento da denúncia

21) Assinale a alternativa correta sobre a acareação de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- a) A acareação pode ser levada a efeito tanto na fase do processo como em sede de polícia judiciária militar
- b) A acareação só será admitida sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes entre acusados
- c) A acareação só será admitida sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes entre testemunhas
- d) A acareação só será admitida sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes entre acusado e testemunha

22) Assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento de pessoa ou coisa de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- a) A pessoa que tiver de fazer o reconhecimento não poderá ser convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida
- b) A pessoa cujo reconhecimento se pretender, será colocada, necessariamente, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se a apontá-la quem houver de fazer o reconhecimento
- c) Apenas na fase de polícia judiciária militar, caso haja razão para rezear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não seja vista por aquela
- d) Caso várias sejam as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou coisa, cada uma o fará em separado, admitindo-se contudo, a comunicação entre elas

23) Assinale a alternativa correta sobre as testemunhas de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- a) Admitem-se testemunhas diretas e indiretas, neste último caso, assim consideradas aquelas que "ouviram dizer"
- b) Admitem-se apenas testemunhas diretas
- c) Admitem-se testemunhas diretas e as indiretas, neste último caso, desde que sejam as únicas
- d) Admitem-se testemunhas diretas e indiretas, desde que tenham presenciado os fatos relevantes ao deslinde do caso

24) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta sobre as espécies de flagrância de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- I. O flagrante próprio é aquele que coincide com o momento em que o agente está cometendo o delito.
 - II. O flagrante impróprio ocorre quando o autor é perseguido logo após ter praticado a infração penal militar, em circunstâncias que indiquem sua autoria.
 - III. O flagrante presumido consiste naquele em que o agente é surpreendido logo depois do fato delituoso na posse de instrumentos ou objetos que façam presumir ser ele o autor.
 - IV. No flagrante facultativo não há imposição legal para a autuação, porquanto a decisão caberá a um cidadão não militar.
- a) A afirmativa I está incorreta
 - b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas
 - c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas
 - d) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas

DIREITO PROCESSUAL PENAL

25) No que concerne ao Inquérito Policial, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O inquérito policial não é fase obrigatória da persecução penal, podendo ser dispensado caso o Ministério Público ou o ofendido já disponha de suficientes elementos para a propositura da ação penal
- b) Dá-se o nome de *notitia criminis* ao conhecimento espontâneo ou provocado, por parte da autoridade policial, de um fato aparentemente criminoso, sendo que é com base nesse conhecimento que a autoridade dará início às investigações
- c) O inquérito policial é um instrumento obrigatório da persecução penal, informado pelo princípio da oficialidade, cujo objetivo é o de colher elementos e informações necessárias à propositura da ação penal pública ou privada
- d) O inquérito policial é mera peça informativa destinada à formação da "*opinio delicti*" do Ministério Público; trata-se de simples investigação criminal, de natureza inquisitiva, sem natureza de processo judicial, sendo certo que, ainda que venha a ocorrer irregularidade em seu corpo, tais falhas não possuem o condão de contaminar a ação penal

26) Relativamente à ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) Sua propositura não comporta prazo, podendo ser oferecida enquanto não extinta a punibilidade
- b) O Ministério Público não está vinculado à requisição, de forma que, uma vez oferecida a requisição, pode o órgão ministerial deixar de denunciar
- c) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça não admite retratação
- d) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça deve ser oferecida dentro de 06 (seis) meses, sob pena de decadência

27) No âmbito do Processo Penal, podemos afirmar que o “flagrante impróprio” se apresenta da seguinte forma:

- a) Será considerado flagrante impróprio, a situação do indivíduo que está cometendo o fato criminoso
- b) No flagrante impróprio, embora o agente não tenha sido encontrado pelas autoridades no local do fato, é necessário que haja uma perseguição, uma busca pelo indivíduo, ao final da qual, ele acaba preso
- c) No flagrante impróprio, o agente policial retarda o momento da prisão em flagrante de forma a fazê-la em momento futuro, isso com o intuito de colher dados e elementos mais robustos relativos à infração penal sob investigação
- d) Será considerado flagrante impróprio, a situação do indivíduo que acaba de cometer o fato criminoso

28) No que concerne à competência originária do Supremo Tribunal Federal em matéria criminal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nas infrações penais comuns, o STF possui competência para julgar o Presidente da República, o Vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República
- b) O STF possui competência para julgar a revisão criminal de seus próprios julgados
- c) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o STF possui competência para julgar os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente
- d) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o STF possui competência para julgar os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem qualquer ressalva

29) No que concerne à Prisão Temporária, assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo a lei que disciplina a prisão temporária, os presos temporários devem permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos
- b) A prisão temporária é cabível na hipótese do agente não possuir residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade
- c) A prisão temporária deve ser decretada pelo Juiz, em face de pedido do Ministério Público, e tem o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade
- d) A prisão temporária é cabível na hipótese de ser considerada imprescindível para as investigações do inquérito policial

30) No âmbito do Processo Penal, podemos afirmar que a “prova irritual” é aquela:

- a) Em que há procedimento previsto na lei, só que este procedimento não é respeitado quando da colheita da prova
- b) Que traz a possibilidade de um juízo de certeza quanto ao fato que busca provar, possibilitando ao Juiz fundamentar sua decisão de mérito mediante uma avaliação crítica
- c) É aquela realizada perante juízo distinto daquele perante o qual tramita o processo
- d) É a prova típica, só que utilizada para fim diverso daquele para o qual foi originalmente prevista

31) Assinale a alternativa que apresenta uma característica própria dos bens públicos:

- a) alienabilidade, como regra
- b) não-oneração
- c) prescritibilidade
- d) penhorabilidade

32) A Constituição Federal da República determina a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos para o fim de prover os:

- a) cargos e os empregos públicos
- b) cargos e as funções públicas
- c) empregos e as funções públicas
- d) cargos comissionados e as funções de confiança

33) No que se refere ao exercício do poder hierárquico e a consequencial delegação dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O ato de delegação deve especificar as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada
- b) É vedada a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior
- c) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos
- d) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial

34) No que diz respeito às agências executivas, assinale a alternativa incorreta:

- a) A qualificação como Agência Executiva deve ser dada por meio de decreto do Presidente da República
- b) O Poder Executivo deve estabelecer medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas, com o objetivo de assegurar a sua autonomia de gestão, bem como as condições orçamentárias e financeiras para o cumprimento dos contratos de gestão
- c) As autarquias, as empresas públicas e as organizações sociais podem ser qualificadas como Agências Executivas
- d) A qualificação de agências executivas se dá por meio de requerimento dos órgãos e das entidades que prestam atividades exclusivas do Estado e se candidatam à qualificação

35) Assinale a alternativa que se encontra em consonância com o conceito de “consórcio público”:

- a) fundo autônomo, que tem por finalidade uma ação e ou uma operação, definida em seus estatutos
- b) pessoa jurídica de direito privado constituída por capital exclusivamente público, que pode ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais
- c) pessoa jurídica de direito privado, constituída por capital público e privado, organizada sob a forma de sociedade anônima
- d) pessoa jurídica criada por lei com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos

36) Assinale a alternativa correta sobre as disposições da lei federal nº 11.343, de 23/08/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

- a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, exclusivamente, à prestação de serviços à comunidade
- b) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, exclusivamente, à medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo
- c) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, entre outras penas, à advertência sobre os efeitos das drogas
- d) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, exclusivamente, à pena de detenção

37) Assinale a alternativa correta sobre o Juizado Especial Cível de acordo com as disposições da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

- a) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo sendo dispensável a assistência de advogado nas causas cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo sendo dispensável a assistência de advogado nas causas cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo
- c) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo sendo dispensável, da mesma forma, a assistência de advogado
- d) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo sendo dispensável a assistência de advogado nas causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo

38) Assinale a alternativa correta sobre o Juizado Especial Criminal de acordo com as disposições da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

- a) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, excluídas as regras de conexão e continência
- b) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) anos, cumulada ou não com multa, respeitadas as regras de conexão e continência
- c) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, respeitadas as regras de conexão e continência
- d) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) anos, cumulada ou não com multa, excluídas as regras de conexão e continência

39) Assinale a alternativa correta sobre a fase preliminar nos casos de competência dos Juizados Criminais e nos termos da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

- a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará após 72 (setenta e duas) horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários
- b) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança
- c) Em caso de violência doméstica, o juiz não poderá determinar, como medida de cautela, o afastamento do autor do fato do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima
- d) Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data futura não anterior a trinta dias, da qual ambos sairão cientes

40) Assinale a alternativa correta sobre o procedimento sumaríssimo nos casos de competência dos Juizados Criminais e nos termos da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

- a) Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia necessariamente escrita, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis
- b) Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência, com dispensa do inquérito policial, exigir-se-á do exame do corpo de delito
- c) Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma da lei
- d) Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa, desde que por escrito

Transcreva a resposta da questão discursiva de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Texto I

Enquanto eu escrevia este texto, uma mulher foi assassinada

Por Nana Soares

Cinco. O Brasil é o 5° maior país do mundo, o 5° mais populoso, é cinco vezes Campeão do Mundo. É também o 5° país que mais mata mulheres apenas por elas serem mulheres. São quase 5 (4.8 para ser mais exata) homicídios a cada 100 mil mulheres segundo o Mapa da Violência de 2015, cerca de 13 assassinatos por dia. Outra pesquisa, do IPEA, dá um número parecido: um feminicídio a cada 90 minutos no país, o que significa que, enquanto eu escrevia este texto, alguém foi assassinada, provavelmente por alguém da família, e outro alguém está com os minutos contados.

[...]

O feminicídio não se dá assim. Um crime é de gênero quando o gatilho diz respeito a alguma expectativa que recai sobre as mulheres. É quando uma mulher termina um relacionamento e o homem não é capaz de aceitar, é quando ele é traído, perde a guarda dos filhos, quando uma mulher usa uma determinada roupa, maquiagem. Quando a mulher sai de casa, estuda, dança. Os “motivos” parecem variar, mas na verdade são sempre o mesmo: um homem incapaz de aceitar que uma mulher não lhe pertence e que é um ser humano com vontades próprias. O motivo do crime nunca é a mulher terminar o relacionamento, é o homem ser incapaz de enxergá-la como uma pessoa.

[...]

(Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/enquanto-eu-escrevia-este-texto-uma-mulher-foi-assassinada/>. Acesso em 03/06/18)

Texto II



Considerando os textos de apoio acima e seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo-argumentativo no qual seja apresentado seu posicionamento acerca do seguinte tema: “O papel da polícia e da sociedade em geral no combate ao Feminicídio”.

Seu texto deverá conter entre 20 e 30 linhas e fazer uso do padrão culto da língua.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE
TERCEIRA SEÇÃO DO ESTADO MAIOR GERAL
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 05/2018

GABARITO OFICIAL APÓS RECURSOS – VERSÃO A

IBFC_04 - OFICIAL PM - (COMBATENTE) – VERSÃO A						
DIREITO CONSTITUCIONAL	1	2	3	4	5	6
	B	A	C	D	C	B
DIREITO PENAL MILITAR	7	8	9	10	11	12
	A	*	D	B	A	D
DIREITO PENAL	13	14	15	16	17	18
	D	C	A	C	B	D
DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	19	20	21	22	23	24
	B	D	A	C	A	D
DIREITO PROCESSUAL PENAL	25	26	27	28	29	30
	C	D	B	D	C	A
DIREITO ADMINISTRATIVO	31	32	33	34	35	
	*	A	B	C	D	
LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	36	37	38	39	40	
	C	A	C	B	C	

*ANULADA